

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

Tolstói, Nietzsche and the axiologic incompatibility between the practical Christian and the civilizatory order

Renato Nunes Bittencourt
Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ
Membro do Grupo de Pesquisa Spinoza & Nietzsche

Resumo: Neste artigo analisaremos as surpreendentes convergências axiológicas e interpretativas entre Tolstói e Nietzsche acerca da radical diferença de valores entre a prática cristã em sua acepção pura e a organização civilizatória ocidental, pretensamente sectária dos conceitos próprios daquela. A doutrina evangélica é incompatível com a ordem estabelecida sob a égide do poder instituído e de toda autoridade temporal sustentada pela legitimação da violência.

Palavras-Chave: Tolstói; Nietzsche; Práxis Crística; Moral Cristã; Estado.

Abstract: In this article we will analyze the surprising axiologics and interpretative convergences between Tolstói and Nietzsche concerning the radical difference of values between the practical Christian in its pure meaning and the civilized organization occidental person, supposedly sectary of the proper concepts of that one. The Gospel Doctrine is incompatible with the order established under dominion of the instituted power and all lay authority supported by the legitimation of the violence.

Keywords: Tolstói; Nietzsche; Christical Practice; Christian Moral; State.

Nota Prévia

Dedico este artigo ao amigo Allan Davy Santos Sena, valoroso interlocutor dos temas cristológicos aqui abordados e cujo talento intelectual contribuiu de maneira formidável para o desenvolvimento de algumas ideias delineadas no presente texto.

Introdução

O projeto de uma crítica ao Cristianismo (enquanto estrutura eclesiástica e expressão institucionalizada de dogmas) encontra, na cultura oitocentista, duas grandes contribuições, através das obras cristológicas de Tolstói e de Nietzsche. O escritor russo apresenta suas polêmicas análises em especial nos ensaios *Minha*

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

Religião e o Reino de Deus está em vós; Nietzsche, por sua vez, sistematiza sua contestação ao ideário da moral cristã em *O Anticristo*, obra que, aliás, apresenta diversas paráfrases dos textos de Tolstói, conforme poderemos constatar no decorrer do presente artigo. A denúncia acerca das absurdas distorções que o estabelecimento cristão cometeu em relação aos genuínos princípios evangélicos de Jesus representa, acima de tudo, um esforço de se apresentar de que maneira a estrutura da cultura ocidental de orientação moral cristã se corrompeu axiologicamente no decorrer das eras; tal circunstância se sucedeu mediante a arbitrariedade teológica, política, social, filológica e econômica pela qual a experiência beatífica de Jesus veio a sofrer inúmeras manipulações escusas, em nome da manutenção do poder de uma casta eclesiástica que se caracterizou pelo afastamento radical da autêntica práxis crística. Nessas condições, veremos ao longo deste artigo de que maneira Tolstói e Nietzsche apresentam convergências e divergências em suas análises críticas do modelo institucionalizado de disposição religiosa operada pelo Cristianismo.

A idiotia como fundamento da genuína práxis crística

A indiferença da experiência cristã originária pelo âmbito das relações políticas pode ser explicada pela disposição psicológica da “idiotia” que, em sua acepção original, significa a ausência de qualquer relação com o âmbito da vida submetida aos parâmetros normativos da ordem civilizacional.¹ Por conseguinte, a “idiotia” representa uma incompatibilidade intrínseca com a moral estabelecida, pois esta é um aparato coercitivo próprio da estrutura repressora da sociedade. Dostoiévski é um dos principais escritores a problematizar de maneira profunda a personalidade “idiotia” em suas obras, em especial através da figura do Príncipe Míchkin em seu romance **O Idiota**. Míchkin é o indivíduo “quase criança”, que não

¹ Podemos encontrar mais detalhes dessa questão acerca do sentido do conceito de “idiotia” na cristologia de Nietzsche em Dibelius “Temos que nos remeter aqui ao grego ‘idiótes’, bem como ‘idiotia’, do latim, que dele derivou, como designação de homem privado em oposição a homem de Estado, leigo em oposição a versado, ignorante em oposição a erudito”(DIBELIUS, “Der psychologische Typus des Erlösers bei F. Nietzsche p. 65-66), assim como em SALAQUARDA, J. “Dionysus versus the Crucified One”, p. 270: “Nietzsche entende ‘idiotia’ essencialmente nos termos de seu sentido grego, isto é, como designação para um ‘homem apolítico’, um cidadão privado, impedido de participar dos negócios do Estado”.

gosta de estar com adultos, com pessoas, com “grandes”, vivendo então em uma inocente infância existencial. O seráfico príncipe é incapaz de compreender e adquirir domínio cabal sobre as vicissitudes externas que o rodeiam. Aliás, é apenas na presença das crianças, inocentes e livres de disposições egoístas, que Míchkin é capaz de vivenciar um genuíno estado de paz interior:

O que quer que eles conversem comigo, por mais bondosos que sejam comigo, mesmo assim a companhia deles é sempre pesada para mim sabe-se lá por que, e eu fico terrivelmente feliz quando posso sair o mais rápido possível para a companhia dos companheiros, e meus companheiros sempre foram às crianças, não porque eu sempre fui uma criança e sim porque as crianças sempre me atraíram (DOSTOIÉVSKI, **O Idiota**, p. 382).

Para os propósitos cristológicos de nosso presente escrito de denúncia da incompatibilidade entre a práxis crística e os estabelecimentos morais da vida civilizada, Dostoiévski, através do sublime discurso de Míchkin, apresenta palavras que contribuem consideravelmente para o enriquecimento teórico do debate:

O ateísmo também prega o nada, mas o Catolicismo vai além: prega um Cristo deformado, que ele mesmo denegriu e profanou um Cristo oposto! Ele prega o anticristo, eu lhe juro, eu lhe asseguro! Esta é uma convicção minha e antiga, e ela mesma me atormentou... O Catolicismo romano acredita que sem um poder estatal e mundial a Igreja não se sustenta na Terra e grita: *‘Non Possumus!’* A meu ver, o Catolicismo romano não é nem uma fé mas, terminantemente, uma continuação do Império Romano do Ocidente, e nele tudo apoderou-se da Terra, do trono terrestre e pegou a espada; desde então não tem feito outra coisa, só que à espada acrescentou a mentira, a esperteza, o embuste, o fanatismo, a superstição, o crime, brincou com os próprios santos, com os sentimentos verdadeiros, simples e fervorosos do povo, trocou tudo, tudo por dinheiro, pelo vil poder terrestre. Isso não é uma doutrina anticristã? (DOSTOIÉVSKI, **O Idiota**, p. 606).

Podemos afirmar que discurso precedente somente encontra força retórica e justeza argumentativa em razão de ter sido pronunciado por uma personalidade que, vivendo sob a órbita de valorações existenciais que se caracterizam como instâncias efetivamente extra-morais, se torna capaz de compreender precisamente o quão é prejudicial é para a vida humana a luta contra a beatífica “idiotia” existencial promovida pela moralidade teologicamente estabelecida.

A importância de nos remetermos ao romance de Dostoiévski reside no fato de que Nietzsche, ao estabelecer em **O Anticristo** a “Psicologia do Redentor”, criará uma espécie de aproximação simbólica entre as personalidades de Jesus e o Príncipe Míchkin, como se este fosse uma espécie de avatar moderno do Nazareno. Acerca da profundidade da psicologia crística de Dostoiévski, Nietzsche afirmará de forma veemente:

Jesus-Dostoiévski - Eu conheço apenas um psicólogo que viveu num mundo onde o Cristianismo é possível, onde um Cristo pode surgir a qualquer momento. É Dostoiévski. Ele adivinhou Cristo: - e ele permaneceu instintivamente protegido da representar esse tipo com a vulgaridade de Renan (NIETZSCHE, KSA XIII, Fragmento Póstumo 15 [9] da primavera de 1888 409).²

Após as colocações precedentes, podemos agora compreender convenientemente a relação entre a “idiotia” e a

² Grosso modo, podemos afirmar que as críticas de Nietzsche a Renan são motivadas pela recusa dos conceitos de “herói” e de “gênio”, propostos pelo historiador francês em sua cristologia. A motivação nietzschiana para tal contraposição ocorre pelo fato de os citados conceitos apresentam qualidades axiologicamente incompatíveis com a personalidade de Jesus e a simbólica religiosa na qual ele se encontrava; mais ainda, podemos perceber na argumentação de Renan a inserção de traços românticos, anacrônicos e alheios ao mundo judaico antigo: “É agora o incomparável Herói da Paixão, o fundador dos direitos da consciência livre, o perfeito modelo, que todas as almas amarguradas que sofrem hão de estudar para se fortificarem e consolarem (RENAN, **Vida de Jesus**, p. 312); Como todos os homens de gênio, Jesus não tratava senão da alma. Nas mais importantes questões práticas, as questões que pareciam capitais aos espíritos inferiores, as que causavam a maior tortura aos homens de aplicação, não existiam para ele” (RENAN, **São Paulo**, p. 46-47).

experiência crística em sua expressão mais pura, dos resíduos provenientes do uso impróprio da mensagem evangélica pelos detentores do poder na ordem civilizacional.

Conforme o discurso evangélico, Jesus proclama a Pilatos: “Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse desse mundo, meus súditos teriam combatido para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui” (João, 18, 36). Baseado neste fragmento, Nietzsche, ao analisar as disposições beatíficas próprias da doutrina evangélica, afirmará que

[...]. O “reino do céu” é um estado de coração – não algo que virá “acima da Terra” ou “após a morte” [...]. O Reino de Deus não é nada que se espere; não possui ontem nem depois de amanhã, não virá em “mil anos” – é a experiência de um coração; está em toda parte, está em nenhum lugar... (NIETZSCHE, **O Anticristo**, § 34).

A experiência divina da idiotia também se associa ao caráter extra-moral postulado por Jesus em sua práxis crística: “Certo homem de posição lhe perguntou: ‘Bom Mestre, que devo fazer para herdar a vida eterna?’ Jesus respondeu: ‘Por que me chamas bom? Ninguém é bom, senão só Deus!’ (Lucas, 18, 18-19).

A valorização da inocência da vida infantil como símbolo da ausência de culpabilidade corrobora também o sentido da “idiotia crística”; com efeito, a narrativa evangélica descreve Jesus como alguém que sempre apreciava brincar com as crianças que se lhe apresentavam:

Traziam-lhe até mesmo as criancinhas para que as tocasse; vendo isso, os discípulos as reprovavam. Jesus, porém chamou-as, dizendo: ‘Deixai as criancinhas virem a mim e não as impeçais, pois delas é o Reino de Deus. Em verdade vos digo, aquele que não receber o Reino de Deus como uma criancinha, não entrará nele (Lucas 18, 15-17).³

³ Compare-se essa citação bíblica com o seguinte episódio da “fabulosa” vida de Heráclito de Éfeso: conforme relatado por Diógenes Laértios, ao ser indagado por seus conterrâneos por qual motivo ele brincava com as crianças, ele retrucara energicamente se não era melhor brincar com as crianças do que fazer política com os canalhas (DIÓGENES LAÉRTIOS, **Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres**, IX, Cap. 1, § 3)

Mediante a apresentação desse discurso evangélico, há que se notar o quão distante está o apóstolo Paulo de Tarso diante da perspectiva *amoral*, alegre e inocente da experiência crística e sua possibilidade de propiciar a instauração de uma experiência plenamente beatífica no estado de espírito do indivíduo:

**Quando era criança,
falava como criança,
pensava como criança,
raciocinava como criança.
Depois me tornei homem,
fiz desaparecer o que era próprio da criança.
(I Coríntios, 13, 11).**

A vivência evangélica de Jesus em nada coaduna com a perda da inocência originária da existência. A simbologia do “Reino de Deus” como dimensão de alegria atemporal somente pode ser formulada por uma compreensão *amoral* de mundo, própria da tipologia do “idiota”, que se constitui como uma pessoa original, própria, autêntica, pois ele não combina, de forma instintiva, com as características decadentes do “espírito de rebanho”. A partir desse pressuposto, podemos compreender de maneira mais apurada o sentido das diatribes de Tolstói e de Nietzsche contra a institucionalização da religiosidade cristã.

Experiência Evangélica e Civilização Cristã

A manipulação cristológica operada pela estrutura eclesial cristã gera um “duplo sombrio” de Jesus, pois este perde a sua genuína disposição beatífica, para se tornar a imagem por excelência do ideal ascético promovido pela moralidade normativa do Cristianismo institucionalizado. Jesus, que fizera de sua vida um exemplo de amor, é convertido em um juiz colérico que corrigirá a humanidade através da ira divina.⁴ Walter Kaufmann, ao interpretar a psicologia crística realizada por Nietzsche e o projeto de depuração dos elementos teológicos, simbólicos e morais incompatíveis com a

⁴ Para maiores detalhes da interpretação distorcida que a instituição cristã realiza acerca de Jesus, concedendo-lhe anódinos traços moralistas, cf. GOEDERT, *Nietzsche critique des valeurs chrétiennes*, p. 266-267 e BENZ, *Nietzsche Ideen zur Geschichte des Christentum und der Kirche*, p. 26-29.

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

beatitude amoral de Jesus, considera inclusive que a denúncia nietzschiana não atinge o “Cristianismo sincero”, mas aqueles que são não-cristãos em suas práticas/ações e professam o Cristianismo, bem como aqueles que superficialmente são cristãos nas suas ações, mas cujas motivações e estado de espírito são essencialmente não-cristãos (KAUFMANN, *Nietzsche - Philosoph, Psychologist, Antichrist*, p. 364).

Conforme realça Nietzsche, a própria origem do Cristianismo enquanto movimento evangélico negaria toda a ordem do mundo calcada sob as tradições e o artificialismo das relações interpessoais; dessa maneira, o ato de ser soldado, ser juiz, ser patriota, o zelo pela honra, a defesa nos tribunais, enfim, todo tipo de posicionamento de vida recolhido mediante a adequação da pessoa diante do sistema instituído, seriam, em verdade, atitudes inteiramente anticristãs, circunstâncias que evidenciam a mais surpreendente contradição do projeto de vida erguido pela civilização cristã com as suas origens históricas. Nessas condições, Nietzsche se indaga

Para onde foi o último sentimento de decência, de respeito de si mesmo, se até os nossos estadistas, homens bastante desembaraçados e perfeitamente anticristãos nos atos, ainda se denominam cristãos e recebem a comunhão?... Um jovem príncipe, à frente do seu regimento, magnífico como expressão do egoísmo e da soberba de seu povo – mas, sem nenhum pudor, confessando-se cristão!... A *quem* o cristianismo nega, então? O que chama de “mundo”? ser soldado, juiz, patriota; defender-se; zelar por sua honra; querer sua vontade; ser orgulhoso... Toda prática de todo momento, todo instinto, toda valoração que se torna *ato* é anticristã atualmente: que aborto de falsidade deve ser o homem moderno, se apesar de tudo não se envergonhar de ainda chamar-se cristão! (NIETZSCHE, *O Anticristo*, § 38).

Mediante as pertinentes colocações nietzschianas, cabe a formulação das seguintes indagações: Pode um cristão ser eleitor, juiz ou agente de governo, assim como tomar parte em guerras, disputas ideológicas e compactuar com os aparatos normativos do Estado? Numa perspectiva radicalmente crística, a resposta indubitavelmente será negativa, pois a participação nessas instâncias faz do “cristão” um

agente que condescende com a violência governamental, mesmo que essa se manifeste camuflada pelas vestes da cultura, da ordem social, do bem-estar coletivo. A partir desse estofo crítico, vejamos agora a indagação de Tolstói: “Pode um cristão ser eleitor, juiz ou agente do governo? Não, a participação nas eleições, na justiça, na administração, nos faz participar da violência governamental” (TOLSTÓI, **O Reino de Deus está em vós**, p. 51) Então, como conciliar a mensagem crística com a ordem cultural-civilizatória estabelecida? Tolstói argumenta que “o Cristianismo, em seu verdadeiro significado, destrói o Estado. Isso foi assim compreendido desde o início e por isso Cristo foi Crucificado” (TOLSTÓI, **O Reino de Deus está em vós**, p. 221).

Tal como a construção ideológica do Deus da teologia dogmática, o Estado é um efeito que se representa como causa autorizada e geradora de medo para corrigir o pretense desequilíbrio produzido pelo exercício dos aparatos normativos na sociedade. O Estado é sempre força e violência, sob pena de não garantir assim a submissão individual aos seus parâmetros civilizatórios. A relação simbiótica entre violência legitimada pelo Estado e a instituição eclesial cristã é uma situação que revela a absurdidade dessa associação, na qual o poder temporal realiza o processo civilizatório proposto pela teologia cristã, mas impossível de ser efetivado sem o uso da coerção, e a teologia cristã legitima ideologicamente a opressão do Estado, através de argumentos retóricos convincentes. Conforme argumenta João C. Galvão Jr.: “A Igreja é somente uma forma de Estado totalmente enganosa. O Estado, a Igreja e tudo o que se funda na mentira são úteis para aqueles que pregam a morte” (GALVÃO JR., **Leviathan Cibernetico**, p. 19). A prática beatífica da não-violência de modo algum pode ser levada a cabo por uma instituição necessariamente coercitiva em suas ações. Muito pelo contrário, uma instituição clerical precisa, para garantir a sua sobrevivência organizacional, perseguir aqueles que agem e incitam a agir de tal modo, manifestando assim a sua ojeriza pela axiologia da diferença. O estabelecimento clerical, para se sustentar ideologicamente e institucionalmente em um mundo regido por contínuas flutuações de forças políticas, necessita adaptar radicalmente os seus pretensos postulados morais em relação aos caracteres imanentes da práxis social, fundindo-se assim em um híbrido grotesco a terrível imagem desfigurada de um monstro teológico-político: a mascarada candura de

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

um lado, a rapinagem, a sevícia, a cobiça e o ódio, de outro. Tal como Nietzsche expõe,

-Não nos devemos deixar enganar: “Não julguem” [Mateus, 7,1] dizem eles, mas mandam ao inferno tudo o que lhes fica no caminho. Fazendo com que Deus julgue, eles próprios julgam; glorificando a Deus, glorificam a si mesmos; promovendo as virtudes de que são capazes – mais ainda, de que têm necessidade para ficar no topo -, dão a si mesmos a grande aparência de pelejar pela virtude, de lutar pelo predomínio da virtude (NIETZSCHE, **O Anticristo**, § 44).

Ainda que haja uma revisão histórica do papel social da Igreja Católica na Modernidade, a instituição, após séculos de exercício da tirania contra os símbolos da diferença, concretizada através da perseguição aos hereges e outros malditos, a nódoa que marca a sua imagem pública permanece ainda. De acordo com Tolstói,

Por mais estranho que possa parecer, cada igreja, como Igreja, sempre foi e não pode deixar de ser uma instituição, não só alheia, mas até diretamente oposta à doutrina de Cristo. Não foi sem motivo que Voltaire a chamou de infame. Não é sem motivo que todas, ou quase todas as pretensas seitas cristãs, reconheceram e reconhecem a Igreja como a grande pecadora profetizada no Apocalipse. Não é sem motivo que a história da Igreja é a história das maiores crueldades e dos piores erros (TOLSTÓI, **O reino de Deus está em vós**, p. 86).

Quando um líder político, refugiando-se sob a autoridade do discurso teológico cristão, dele se utiliza para sustentar publicamente a pertinência de suas agressões contra outros povos associados ao “mal”, nada mais faz do que evidenciar a indissociabilidade histórica entre a estrutura do poder eclesial cristão e o poder destruidor do Estado. Para tanto, esse líder político inescrupuloso se utilizará de todos os ardis possíveis para realizar os seus objetivos, inclusive falsificando informações de interesse internacional, com o objetivo de garantir a adesão da opinião pública ao seu favor. Destaque-se também o fato de que o governante que se diz um dos representantes

da autoridade cristã no mundo, ao manipular documentos e informações para legitimar agressões ao estrangeiro, contraria radicalmente o preceito cristão da “verdade”. Nesses termos, tal dirigente é indubitavelmente um “anticristão”, ainda que se considere um fiel e honrado cristão; tanto pior, o mais surpreendente é que o dignitário falsificador comumente estabelece relações reativas contra todos os governantes e disposições políticas que porventura não coadunem com a sua. Além disso, o presidente que se disfarça de “cristão”, ao promover a agressão militar ao estrangeiro, pretende, acima de tudo, roubar as riquezas naturais da nação agredida, atitude que contraria os princípios superiores da prática cristã.

Se radicalizarmos a argumentação, poderemos ainda afirmar que um dignitário que se proclama como “cristão” sequer teria condições de assinar a autorização para a execução de um condenado; entretanto, em nome da manutenção da postulada ordem social do Estado, o mandatário descarta qualquer pudor religioso para conservar tanto o poder temporal como a sua subsequente autoridade política. Por conseguinte, a assimilação da incipiente religião cristã pelo braço secular não seria um atentado simbólico e valorativo contra o espírito crístico originário? Conforme D. H. Lawrence expõe em argumentação que apresenta afinidades valorativas com os discursos de Tolstói e de Nietzsche: “O Estado não pode ser cristão. Todo Estado é poder. Não há como não sê-lo. Todo Estado têm de proteger suas fronteiras e sua propriedade. Se não o faz, ele trai todos os seus cidadãos individuais” (LAWRENCE, **Apocalipse**, p. 118). Em nome de uma possibilidade de sobrevivência extensiva de seu poder ideológico, a cúpula eclesiástica do Cristianismo aceitou esse acoplamento com os estamentos políticos, perdendo assim progressivamente a sua vitalidade religiosa primordial, vindo a realizar ações tão amorais como as postas em prática pelos dirigentes dos poderosos impérios do mundo antigo. Conforme dito por Tolstói, o Cristianismo de Igreja é mais próximo do paganismo do que dos ensinamentos de Cristo (TOLSTÓI, **O que é a arte?**, p. 56). Entre a hierarquia sacerdotal e a hierarquia militar, por exemplo, não há grande dessemelhança, tal como podemos constatar nas ordens católicas que seguem princípios militares nas suas práticas, como ocorria na estrutura de poder da antiga Companhia de Jesus ou, no âmbito protestante, no sistema disciplinar do Exército de Salvação.

A partir de um viés radical, pode-se dizer que o estabelecimento estatal é fonte de todo “mal”, pois as suas bases se fundamentam na opressão humana; por conseguinte, a aspiração pela instauração de um “reino divino” na vida humana não pode depender das estruturas materiais e extensivas do poder vulgar, pois um Estado somente sobrevive politicamente quando se utiliza de parâmetros normativos na sua constituição, mesmo que os seus propósitos sociais proporcionem a ampliação da qualidade de vida dos seus cidadãos. Nessas circunstâncias, não existe no mundo nenhum Estado que de fato seja “cristão”, pois entre ambos há uma incompatibilidade natural. Mediante essa colocação, é pertinente compararmos essa perspectiva com o fato histórico da formação do Estado da Cidade do Vaticano, criado em 1929 através do Tratado de São João de Latrão, estabelecido entre Mussolini e a Igreja Católica, como forma de compensá-la das perdas territoriais que sofrera no decorrer do processo de unificação nacional italiana. O Vaticano torna-se um Estado mediante um acordo diplomático, o que não deixa de ser uma grande ironia em relação ao passado dos despóticos Estados Pontificais, que tanto avassalaram o cenário político europeu. Para Nietzsche,

O Cristianismo é possível como forma de existência estritamente privada; ele pressupõe uma sociedade estreita, desterrada, perfeitamente apolítica, - ele pertence ao conventículo. Um “Estado cristão”, uma “política cristã” é, pelo contrário, um descaramento, uma mentira, algo como um comando militar cristão, que por fim tratasse o “Deus dos exércitos” como um comandante-em-chefe do estado-maior. Mesmo o papado não esteve jamais em condições de realizar uma política cristã...; e quando os reformadores põem em prática a política, como Lutero, sabe-se perfeitamente que eles são seguidores de Maquiavel, exatamente como quaisquer imoralistas ou tiranos (NIETZSCHE, KSA XII Fragmento Póstumo 10[135], p. 532).

O que realmente ocorre é o ato de se aproveitar alguns conceitos morais da axiologia cristã, situação essa que por si só já denota uma incoerência de princípios, pois a disposição cristã jamais é aplicada em sua totalidade em qualquer Estado, mesmo aquele que se considera como o mais pio seguidor das premissas cristãs. A

experiência cristã é mais adequadamente aplicada quando se exclui qualquer ponderação sobre a dinâmica das relações de força típicas da política extensiva; no entanto, a genuína vida cristã raramente se manifestou no decorrer das eras, mas antes apenas uma fabulação desavergonhada, na qual a instituição clerical seduziu as massas de fiéis com promessas soteriológicas, de modo a gerar conformismo existencial no vulgo. Se porventura a dita “civilização cristã” tivesse aplicado em sua história a doutrina evangélica de Jesus, toda a estrutura cultural da qual fazemos parte seria radicalmente distinta daquela que se efetivou. Nietzsche afirma que

Os cristãos jamais praticaram os atos que Jesus lhes prescreveu: e o discurso insolente sobre a “fé” e a “justificação pela fé” e de sua suprema e única importância é somente consequência do fato de que a Igreja não teve nem a coragem nem a vontade de professar as *obras* exigidas por Jesus (NIETZSCHE, KSA XIII, Fragmento póstumo 11 [243], p. 95)

Nietzsche, no § 27 de **O Anticristo**, afirma que Jesus, este santo anarquista que incitou o baixo povo, os excluídos e pecadores, a contrariar a “classe dominante” – com uma linguagem que ainda hoje conduziria seu autor à Sibéria, – foi um criminoso político na medida em que um crime político possa ainda ser concebido sob tais circunstâncias. Isso o levou a cruz: a prova é a inscrição sobre a cruz: o rei dos judeus. Nenhuma razão permite afirmar com Paulo que Jesus morreu “pelos pecados dos outros”, mas ele morreu por seu próprio “pecado”. Justamente por conta de seu modo de viver e de ensinar os homens a se portar que Jesus então foi morto, não como Salvador da humanidade, mas como um “inimigo” (absolutamente inconsciente, inocente, em suma, imerso na sua “idiotia evangélica”) das estruturais sociais do mundo público e político. Nessas circunstâncias, cabe dizer que quando Nietzsche se refere a Jesus como um “anarquista”, devemos compreender tal afirmação na acepção de uma pessoa que vive sem reconhecer a autoridade das estruturas do poder social, pois que, se a sua personalidade representa a nobre tipologia do “idiota”, da pessoa que, sendo indiferente aos parâmetros do mundo social, manifesta a cada momento a sua original singularidade diante da massa amorfa. Cabe ressaltar que uma perspectiva “anarquista”

perante a ordem estabelecida não significa um processo de decadência e desordem hierárquica dos instintos vitais, o desenvolvimento de uma personalidade doentia, degenerada, pois o seu fluxo afetivo não adquiriu um nível de forças capaz de realizar uma hierarquização dos afetos tônicos da vida, da saúde, do poder, da atividade criadora.

Essas colocações precedentes demonstram uma relativa sintonia de idéias entre Nietzsche e Tolstói, escritor que se envolvera na sua maturidade a denunciar a incompatibilidade da vida civilizada, nas suas múltiplas expressões sociais, e a autenticidade da mensagem crística. Suas diatribes anticlericais são permeadas de disposições anarquistas, e na sua busca por um renascimento daquilo que considera como o autêntico espírito evangélico suas conclusões dão como resposta uma inadequação entre aquele que seria o Cristianismo puro, livre do veneno do poder opressor, e a autoridade estatal, mácula do mundo civilizado, corruptora da “verdadeira” mensagem cristã. De acordo com Tolstói,

Não apenas este “Cristianismo de Igreja” não reconhecia os preceitos fundamentais do Cristianismo autêntico (o estreito relacionamento de todos os homens com Deus, a perfeita igualdade e fraternidade de todos os homens, a humildade e o amor em lugar da violência), mas, ao contrário, tendo havido a substituição por uma hierarquia celeste análoga à mitologia pagã, tendo havido a introdução, na religião, do culto de Cristo, da Virgem, dos Anjos, dos Apóstolos, dos Santos e mesmo da imagem deles, isso faz da fé cega na Igreja e nos seus costumes os pontos essenciais dos seus ensinamentos (TOLSTÓI, **O que é a arte?**, p. 56)

Entretanto, a estrutura eclesiástica cristã, ao receber o apoio do poder político, gostou da capacidade de desfrutar dessa influência, e então se evadiu axiologicamente nessa trajetória nem um pouco ingênua. Conforme salienta João Galvão Jr, se existe algum tipo de hierarquia instituída socialmente, existe algum tipo de violência (GALVÃO JR, **Leviathan Cibernético**, p. 164). Afinal, o estabelecimento das distinções sociais não nasce de um projeto de afirmação das singularidades individuais e mesmo dos diversos grupos, mas do projeto normativo de se homogeneizar todas as

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

expressões existenciais, simbólicas, culturais e sociais. Em suma, toda a estrutura disciplinar do Estado é axiologicamente contrária aos ensinamentos evangélicos, e o grande disparate ocorre quando esse mesmo Estado se considera institucionalmente regido pela moral cristã. Nessas circunstâncias, Tolstói indaga:

Cristo pedia realmente a seus discípulos que aceitassem os preceitos do Sermão da Montanha? Então pode ou não o cristão participar da justiça, seja como juiz, seja como acusador, o que se constitui numa apelação à força? Pode ele ou não, permanecer cristão, participar da administração, isto é, usar da força contra seus semelhantes? E enfim, pergunta mais importante, a que, com o serviço militar obrigatório, interessa hoje a todos: pode o cristão, contrariamente à indicação tão precisa de Cristo, servir o exército e assim cometer homicídio ou preparar-se para tal? (TOLSTÓI, **O Reino de Deus está em vós**, p. 56).

Essa proximidade axiológica entre o romancista russo e Nietzsche não deixa de se evidenciar como uma situação surpreendente, pois o filósofo alemão continuamente enuncia juízos críticos nas suas obras acerca de Tolstói, inclusive no § 7 de **O Anticristo**, obra que, na sua estruturação histórico-literária, recebera uma considerável influência do pensamento de Tolstói. Uma das motivações das críticas nietzschianas a Tolstói se dá pelo fato do filósofo identificar na prática cristã radicalmente anti-institucionalizada do escritor russo um acentuado e recorrente traço de disposição compassiva (**NIETZSCHE, O Anticristo, § 7**).⁵ É

⁵ Cabe destacar que Nietzsche demonstrou a grande preocupação metodológica de apresentar a sua divergência em relação ao traço compassivo da escrita de Tolstói, mas não reconheceu que a redação de **O Anticristo** foi intensamente influenciada pela obra cristológica do romancista russo. Tolstói, por sua vez, tinha em péssima conta a obra de Nietzsche, pretensamente associada a um declínio da genuína experiência artística, conforme podemos constatar através da leitura de **O que é a arte?**, p. 138: “Essa consequência da perversão da arte já se fizera sentir há algum tempo em nossa sociedade, mas, no presente, tomou um desenvolvimento extraordinário graças aos escritos do profeta Nietzsche, aos paradoxos dos decadentes e dos estetas ingleses, os quais, a exemplo de Oscar Wilde, tomam de boa vontade como argumentos de seus escritos a subversão da moral e a apoteose da perversidade”.

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

também inegável em Tolstói a existência de valorações escatológicas e teleológicas que são filosoficamente estranhas ao discurso nietzschiano, conforme podemos depreender da passagem seguinte: “O progresso da humanidade acontece não porque os opressores se tornam melhores, mas porque os homens assimilam, cada dia mais, o conceito cristão de vida” (TOLSTÓI. **O Reino de Deus está em vós**, p. 279).

Todavia, não resta dúvida de que o discurso de Tolstói influenciou profundamente Nietzsche na sua interpretação da prática evangélica originária, conforme podemos ver nos discursos desse homem que vislumbrou acima de tudo o retorno radical da vivência crística naquelas que seriam as suas qualidades mais genuínas. Depurando-se do pensamento de Tolstói os elementos compassivos e finalistas, percebe-se uma razoável sintonia de idéias com Nietzsche, ainda que cada um vislumbrasse alcançar fins distintos nas suas críticas à degradada moralidade cristã, independente de ser da ramificação católica, ortodoxa ou protestante, pois todas elas se corromperam no decorrer dos séculos: Tolstói busca a instauração de um novo Cristianismo, na verdade o renascimento de uma experiência cristã tal como a demonstrada historicamente por Jesus em sua vida, em prol da instauração de uma sociedade mais justa e feliz; Nietzsche visa uma elevação do tipo crístico como exemplo de uma prática existencial beatífica, a qual, ainda que não capitaneie a transvaloração dos valores, ao menos faz do existir uma instância de alegria que permite o estabelecimento de uma concepção inocente da realidade.

Tolstói e Nietzsche também demonstrariam uma convergência parcial entre si ao analisarem de forma positiva a prédica evangélica de não-resistência ao mal com a violência, separando-se, no entanto, na questão do valor moral de tal disposição: para Tolstói, essa seria a genuína ação moral por excelência, um exemplo da resignação e da mansidão do autêntico cristão, enquanto pra Nietzsche a não-resistência ao mal decorre de uma incapacidade instintiva de se ressentir contra o “inimigo”, pois faltariam a tal indivíduo as disposições rancorosas que motivam a retaliação de uma agressão. É nesse sentido que se justifica o perdão evangélico aos “inimigos”, procedimento que livra o indivíduo dos efeitos deletérios do ressentimento (NIETZSCHE, **Genealogia da Moral**, I, § 10). Ainda conforme a perspectiva nietzschiana, podemos dizer que Jesus não reage aos seus em decorrência de sua “idiotia” beatífica, que o

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

coloca em um plano psicológico onde todo tipo de ódio sequer pode vir a florescer nas disposições afetivas da pessoa.⁶

Além disso, tanto Tolstói como Nietzsche lançam uma indagação: como é possível o estabelecimento de uma “civilização cristã”? De fato ela existe? Ora, falar de “civilização cristã” é uma contradição em termos, obviamente se pensarmos o termo “cristão” na sua acepção originária, pois se os ideais evangélicos de Jesus de maneira alguma visavam o estabelecimento de uma nova ordem social, tampouco o estabelecimento de uma nova cultura, não haveria, de forma estrita, uma sincera adequação entre a prática cristã e a civilização. Por isso o Cristianismo aplicado em qualquer sociedade se caracteriza por um hibridismo heterodoxo, pois a genuína vivência evangélica não coaduna com os aparatos normativos do Estado; em relação às instituições culturais mais elevadas, nada impediria que elas se aproveitassem das beatíficas disposições cristãs e desenvolvessem qualidades que promoveriam em seus caracteres intrínsecos disposições promotoras dos valores evangélicos. Nessas condições, a grande violação cometida contra a axiologia evangélica ocorre quando esta se pauta a um mero sustentáculo ideológico e moral de um sistema civilizatório que se fundamenta pela violência e pelos instrumentos coercitivos, notadamente anticristãos.

Quando Nietzsche diz que “o Cristianismo [originário] nega a Igreja” (isto é a organização institucional, o clero, a ordem sacerdotal elaborada a partir de princípios normativos externos à própria vivência religiosa singular), tal colocação objeta justamente a tendência sacerdotal de se organizar através de aparatos eclesiais, em que a relação entre o devoto e o divino ocorre através da mediação clerical (NIETZSCHE, **O Anticristo**, § 27).⁷ Ao analisar essa questão, Walter Kaufmann diz que a Igreja é o “Anticristo” que perverteu o chamado original de Cristo aos homens, ela vendeu Cristo ao César, e

⁶ Ressalto que Ernst Benz pensa de outra forma acerca da questão exposta. O autor, em *Nietzsche Ideen zur Geschichte des Christentum und der Kirche*, p. 90, escreve: “Em Tolstói, a não-resistência à maldade é o ato moral supremo, a verdadeira obra do cristão, o ato que o faz perfeito. Ela é o símbolo da sua força. Em Nietzsche, ela é o signo da fraqueza, de sua incapacidade, de sua impotência”. Para mais detalhes da questão apresentada, cf. GOEDERT, Georges, *Nietzsche disciple de Dionysos*, p. 222-223.

⁷ Alfred Loysi, em *L’Evangile et l’Eglise*, afirma que “Cristo pregou o Reino de Deus e em seu lugar apareceu a Igreja” (p. 111).

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

se tornou cúmplice do Estado ao impor uniformidade ao rebanho (KAUFMANN, **Nietzsche - Philosopher, Psychologist, Antichrist**, p. 176). A adequação da experiência religiosa aos parâmetros morais representa a decadência axiológica do caráter sagrado da vida e a sua subsequente institucionalização burocrática. Nietzsche comenta que

O cristão torna-se cidadão, soldado, homem da lei, trabalhador, comerciante, erudito, teólogo, sacerdote, filósofo, fazendeiro, artista, patriota, político, “príncipe”... assume de novo todas as atividades que havia abjurado (- a autodefesa, o julgamento, a punção, o juramento, a distinção entre povo e povo, o desprezo, o irritar-se...) Toda a vida do cristão é por fim, precisamente, a vida que Cristo pregou que se devia renunciar... A Igreja, tanto quanto o Estado moderno e o nacionalismo, pertence ao triunfo do anticristão... A Igreja é o Cristianismo tornado bárbaro (NIETZSCHE, KSA XIII, Fragmento Póstumo 11[364], p. 160-161).

Qualquer cultura ou ordem social pode se beneficiar dos preceitos cristãos e mesmo se esforçar por aplicar esses valores nas suas atividades. A circunstância que, todavia, deve ficar clara é que nunca houve, não há e jamais haverá qualquer Estado que possa receber a denominação de “cristão”. Podemos ainda afirmar que um país que porventura estabeleça o Cristianismo, seja em qualquer ramificação, como a sua religião oficial, comete ou uma grande distorção de interpretação ou uma retumbante hipocrisia, problemas esses que, aliás, não se excluem. Da mesma maneira, a presença de símbolos cristãos em instituições públicas, especificamente nos estabelecimentos forenses e nas assembléias legislativas, nas quais aquilo que menos se segue são justamente as pretensas qualidades cristãs também pode ser considerada como uma absurda contradição valorativa, talvez não tanto para a condição de sacralidade desses símbolos, mas para o papel “anticristão” desempenhado por essas instituições. Certamente é curioso que haja cruzeiros nos tribunais e que se preste neles juramentos solenes com as mãos estendidas sobre a Bíblia, quando o que mais ocorre nessas farsas oficiais é a negação intrínseca do ideal cristão de “verdade”. Como então uma instância moral pode ser alçada como a legisladora maior de uma instituição caracteristicamente “imoral”?

Ao interpretarmos meticulosa e o sentido da experiência da beatitude crística, podemos constatar que o principal fator que impede uma pessoa se tornar efetivamente “cristã” consiste na sua incapacidade de viver de maneira íntima a palavra evangélica do Nazareno, fazendo-se de devoto piedoso perante o divino, quando em verdade esse falso fiel atua contrariamente aos princípios elevados da experiência crística. Podemos, neste ponto de nossa argumentação, aproveitar as pertinentes colocações de Espinosa:

Muitas vezes fiquei espantado por ver homens que se orgulham de professar a religião cristã, ou seja, o amor, a alegria, a paz, a continência e a lealdade para com todos, combaterem-se com tal ferocidade e manifestarem cotidianamente uns para com os outros um ódio tão exacerbado que se torna mais fácil reconhecer a sua fé por estes do que por aqueles sentimentos (ESPINOSA, **Tratado Teológico-Político**, “Prefácio”, p. 9)

Mediante as questões apresentadas, seriam possíveis as seguintes indagações éticas: Quem realmente ama ao seu “próximo” de modo incondicional? Quem consegue amar um inimigo? Quem é capaz de perdoar verdadeiramente uma ofensa, sem vir a se afetar pelos efeitos depressivos do ressentimento? Tolstói salienta que

O primeiro mandamento diz: ‘Estejais em paz com todo o mundo, não vos permitais considerar qualquer um como vil ou insensato; Mateus, V, 22. Se a paz for violada, fazeis todo o possível para restabelecê-la. O culto a Deus consiste inteiramente na extinção da inimizade entre os homens, 23, 24. Reconciliai-vos ante a menor discussão, para que não perca a paz interior que é a verdadeira vida. Nesses mandamentos, tudo se cumpre; mas Jesus previu as tentações mundanas que turvam a paz entre os homens, e deu o segundo mandamento, contra a tentação das ligações sexuais que perturbam a paz: Não considereis a beleza do corpo como um aparelho de volúpia; guardai-vos desta tentação, 28, 30; que cada homem tenha uma mulher, cada mulher um homem, e que nunca se separem sob nenhum pretexto, 32. A segunda tentação é a vingança, que se intitula justiça humana; renunciad à vingança, não a exerceis sob o pretexto de terdes sido molestados –, suportais as ofensas e não restituas o

mal pelo mal (38-42). A quarta tentação é a diferença de nacionalidades, a hostilidade entre os povos e os estados. – Sabeis que todos os homens são irmãos e filhos do mesmo Pai; não rompais a paz com quem quer que seja em nome da nacionalidade (43-48)... [...] (TOLSTOI, **Ma Religion**, p. 111-112).

Essas são importantes condições para que a indivíduo desenvolva a sua trajetória epifânica rumo ao intenso estado de alegria manifestado pela experiência da cristicidade. Entretanto, o pretenso devoto cristão, na primeira adversidade ou turbulência em sua vida, descarta imediatamente toda a doutrina evangélica, fazendo inclusive uso de instrumentos contrários aos valores genuinamente crísticos. Tolstói, em sua radicalidade de princípios, afirma enfaticamente que “o cristão não pode sequer recorrer à autoridade, à polícia ou à justiça para regularizar seus problemas pessoais (TOLSTÓI, **O Reino de Deus está vós**, p. 51).

Por outro lado, Nietzsche ressalta que a vida cristã, tal como a vivida por Jesus, é ainda possível, e para determinadas pessoas é até necessária. O Cristianismo autêntico, originário, é possível em qualquer época (NIETZSCHE, **O Anticristo**, § 39). Dessa surpreendente colocação nietzschiana, podemos formular duas idéias: que o filósofo não pretende arrancar do seio da cultura ocidental a presença da Cristandade, mas depurá-la dos seus elementos anódinos acrescentados pela tradição eclesiástica e teológica, tais como traços moralistas, coercitivos e ressentidos, pois assim os seus valores mais nobres se evidenciam como uma constante, proporcionando a potencialização da vida cristã de um seguidor. O Cristianismo autêntico, livre dos dogmas, é supra-histórico e universal, no sentido de que qualquer pessoa pode vivenciar a mensagem crística. Para Nietzsche,

O Cristianismo também é possível em cada momento... Não está preso a nenhum dos dogmas desavergonhados que se adornaram com seu nome: não necessita nem da doutrina do *Deus pessoal*, nem da doutrina do pecado, da imortalidade, da salvação, nem da doutrina da fé. Ele simplesmente não precisa de nenhuma metafísica, menos ainda do ascetismo, menos ainda de uma “ciência da natureza” cristã... [O Cristianismo é uma práxis, não uma doutrina religiosa. Ele nos diz como agir, não em que

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

devemos crer.] Quem dissesse nos dias de hoje “eu não quero ser um soldado”, “eu não me importo com os tribunais”, “os serviços da polícia não têm qualquer utilidade para mim”, “eu não quero fazer nada que perturbe a minha paz interior: e se eu tiver de sofrer por isso, nada conservará mais a paz para mim do que o sofrimento” – este seria cristão... (NIETZSCHE, KSA XIII Fragmento Póstumo 11[365], p. 161-162).

Nessas condições, percebemos em Nietzsche uma legitimação surpreendente da vivência crística em sua tonalidade genuína, liberta dos traços opressores que foram incrustados pela autoridade eclesiástica, que assim se associou ao poder temporal estabelecido para melhor exercer o seu controle sobre o mundo cristão. A pertinência existencial da experiência crística está fora de questão, pois ela se constitui como uma afirmação da beatitude efetiva. Nietzsche assim descreve o cerne da experiência crística:

A vida do Redentor não foi senão *essa* prática – sua morte também não foi senão isso... Ele não tinha mais necessidade de nenhuma fórmula, de nenhum rito para o trato com Deus - nem mesmo oração. Acertou contas com toda a doutrina judaica da penitência e reconciliação; sabe que apenas com a prática de vida alguém pode sentir-se ‘divino’, ‘bem-aventurado’, ‘evangélico’, a qualquer momento um ‘filho de Deus’. *Não* a “penitência”, não a oração pelo perdão’ é um caminhos para Deus: somente a prática evangélica conduz a Deus, ela justamente *é* Deus – O que foi *liquidado* com o evangelho foi o judaísmo dos conceitos “pecado”, “perdão dos pecados”, “fê”, “redenção pela fê” – toda a doutrina eclesiástica judia foi negada na “boa nova” (NIETZSCHE, **O Anticristo**, § 33).

A doutrina evangélica de Jesus se caracteriza como um caminho existencial para a realização imanente da felicidade, fazendo da prática religiosa um exercício de amor ao existir e de comunhão entre o humano e o divino. O grande problema valorativo, portanto, se encontra na corrupção da Boa Nova em decorrência da associação entre instituição cristã e a esfera secular em seus mais diversos estamentos sociais, suprimindo assim a vitalidade da vivência evangélica originária.

Considerações Finais

Cumpra destacar que as diatribes de Tolstói e de Nietzsche ao estabelecimento cristão, apesar de apresentarem convergências axiológicas em suas problematizações, visam atingir objetivos distintos. Tolstói lança as suas críticas contra a instituição cristã e as suas indissociáveis relações com o poder temporal em decorrência do seu claramente destacado projeto de ressurreição da experiência cristã em suas origens puras, livre do dogmatismo da teologia e da autoridade eclesiástica, inserindo, além disso, conceitos escatológicos e soteriológicos em sua argumentação: “Conclusão. Fazei penitência, porque o Reino de Deus está próximo, está a nossa porta” (TOLSTÓI, **O Reino de Deus está em vós**, p. 252-319). Já o estilo de Nietzsche em **O Anticristo** não se caracteriza por uma retórica exortatória tal como empregada por Tolstói em seu ensaio **O Reino de Deus está em vós**: com efeito, Nietzsche vislumbra em seu livro descrever a tipologia psicológica de Jesus e demonstrar que, em decorrência de sua intrínseca amoralidade, toda a ordem civilizatória “cristã” norteou a sua existência numa distorção moralista daquilo que foi vivenciado por Jesus, cabendo ao leitor escolher entre a faceta cristológica delineada por Nietzsche ou a elaborada pela tradição teológica, podendo, conforme as suas disposições axiológicas pessoais, transformar o modo de compreensão das suas experiências de devoto cristão ou permanecer incólume nas mesmas. A motivação para tal reflexão decorre do fato de que Nietzsche, ao se esforçar em distinguir rigorosamente a tipologia amoral de Jesus e a moralidade normativa da fé cristã, faz um evidente juízo de valor sobre a interpretação distorcida que a teologia cristã realizou sobre a práxis evangélica de Jesus, motivando a instauração de um “erro” que é a dita “civilização cristã”. Talvez se Nietzsche não estivesse imbuído do projeto de denunciar de que maneira o modo de ser do mundo cristão de maneira alguma corresponde ao tipo beatífico de Jesus sequer haveria tal preocupação metodológica. Se, conforme o próprio Nietzsche ressalta, “o Cristianismo originário, tal como viveu Jesus, é possível em qualquer época, e até mesmo necessário para alguns homens”, tal assertiva nos leva a considerar que a sua análise sobre o conjunto de dispositivos positivos da práxis crística adquire um caráter de reformulação das bases valorativas em que a instituição cristã se sustenta moralmente e socialmente. Nesses termos, não se pretende de

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

forma alguma postular a supressão da Igreja cristã do seio de nossa civilização, mas promover duas possibilidades: ou a organização eclesiástica cristã se desapega de qualquer interesse em se associar ao âmbito secular do Estado e assim agir de maneira contrária aos seus princípios cruciais, ou promove a instauração da beatitude autêntica no Estado, retirando-lhe os seus caracteres repressores.

Referências bibliográficas

BENZ, Ernst. **Nietzsche Ideen zur Geschichte des Christentum und der Kirche**. Leiden: Brill, 1956.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Direção Editorial de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2002.

DIBELIUS, Martin. “Der psychologische Typus des Erlösers bei F. Nietzsche”. In: **Deutsche Vierteljahrsschrift für Literaturwissenschaft und Geshichte**, nº 22, 1944, p. 61-91.

DIOGÊNES LAËRTIOS. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. da UnB, 1988.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Idiota**. Trad. de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Teológico-Político**. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GALVÃO JR., João C. **Leviathan Cibernético**. São Paulo: Vida & Consciência/NPL, 2010.

GOEDERT, Georges. **Nietzsche critique des valeurs chrétiennes**. Paris: Beauchesne, 1977.

_____. **Nietzsche disciple de Dionysos – une introduction à son oeuvre**. Paris: L’Harmattan, 2005.

KAUFMANN, Walter. **Nietzsche - Philosopher, Psychologist**,

Tolstói, Nietzsche e a incompatibilidade axiológica entre a prática cristã e a ordem civilizatória

Antichrist. Princeton: Princeton University Press, 1974.

LAWRENCE, D. H. **Apocalipse / O Homem que morreu.** Trad. de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LOYSI, Alfred. **L'Évangile et l'Église.** Paris: Alphonse Picard et Fils, 1902.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sämliche Werke. Kritische Studienausgabe.** Edição organizada por Giorgio Colli e Mazzino Montinari. 15 Vols. Berlim: Walter de Gruyter, 1967-1978.

_____. **O Anticristo / Ditirambos de Dionísio.** Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Genealogia da Moral – Uma polêmica.** Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RENAN, Ernest. **São Paulo.** Trad. de Thomaz da Fonseca. Porto: Livraria Chardron, de Lelo e Irmão, 1945.

_____. **Vida de Jesus.** Trad. de Eduardo Augusto Salgado. Porto: Livraria Chardron, de Lelo e Irmão, 1915.

SALQUARDA, Jörg. “Dionysus versus the Crucified One: Nietzsche’s Understanding of the Apostle Paul”. In: CONWAY, Daniel (Ed.). *Nietzsche: critical assessments.* Londres/Nova York: Routledge, 1998.

TOLSTÓI, Leon. **Ma Religion.** Paris: Librairie Fischbacher, 1885.

_____. **O que é a Arte?** Trad. de Yolanda Steidl de Toledo e Yun Jung Im. São Paulo: Experimento, 1994.

_____. **O Reino de Deus está em vós.** Trad. de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1994.
